

A INTEGRAÇÃO PELAS ONDAS DO RÁDIO: A REDE EDUCATIVA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

The integration through radio waves: the educational network of the Federal University of Pampa

Leandro Ramires Comassetto*
Valmor Rhoden**
Ronaldo Bernardino Colvero***

RESUMO

O presente artigo discorre sobre a proposta de implantação da Rede Educativa de Rádios da Universidade Federal do Pampa (Unipampa) e destaca sua importância para a integração da própria universidade e a interação com as comunidades de sua região de abrangência. Resultante do Plano de Expansão de Ensino Superior, a Unipampa foi fundada em 2006 e é formada por dez *campi*, que cobrem a região do Pampa gaúcho e a área de fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai e a Argentina. Faz-se, inicialmente, um apanhado sócio-histórico da região, de forma a melhor compreender o papel estratégico da rede de rádios, para, num segundo momento, discutir a função do rádio educativo e o projeto que se pretende para a universidade, levando-se em consideração, principalmente, sua missão institucional e o compromisso com o desenvolvimento regional.

* Doutor em Comunicação Social. Professor pesquisador no curso de Jornalismo da Unipampa – São Borja – RS. *E-mail*: leandrocomas@hotmail.com

** Doutor em Comunicação Social. Professor pesquisador ao curso de Relações Públicas da Unipampa – São Borja – RS. *E-mail*: valmor@unipampa.edu.br

*** Doutor em História. Professor pesquisador no curso de Ciência Política e diretor do *Campus* São Borja da Unipampa – São Borja – RS. *E-mail*: ronaldocolvero@unipampa.edu.br

Revisão técnica e ortográfica: Prof. Dr. Miro Luiz dos Santos Bacin

Data da submissão: 11/9/2015

Data da aprovação: 27/2/2016

Palavras-chave: Rede de Rádio Educativa. Unipampa. Integração. Desenvolvimento regional.

ABSTRACT

This article discusses the proposed of the implementation of Educational Network of Unipampa Radio – Federal University of Pampa and highlights its importance for the integration of the University and the interaction with the communities in its coverage region. Resulting of Higher Education Expansion Plan, the Unipampa was founded in 2006 and consists of ten campuses, covering the Pampa Gaucho region and the border area of Rio Grande do Sul with Uruguay and Argentina. It is made initially a social-historical overview of the region, in order to better understand the role strategic network of radios, for, in a second moment, discuss the educational radio function and the project which is intended for university, taking into account, especially its institutional mission and the commitment to development regional.

Keywords: Educational Radio Network. Unipampa. Integration. Regional development.

Introdução

A pesar do avanço da internet e das novas formas de comunicação e interação, sobretudo pelo uso das redes sociais, o rádio continua sendo um veículo de prestígio, presente na maioria dos domicílios brasileiros (88%)¹ e ouvido regularmente (todos os dias) por 25% a 30% da população.² Utilizado principalmente para fins de informação, entretenimento e distração,³ o veículo também se destaca pela relação de proximidade com a audiência, visto que praticamente toda comunidade tem sua emissora. O levantamento mais recente demonstra que o número de estações dobrou nos últimos dez anos, contabilizando quase dez mil emissoras legalizadas em operação no País.⁴

¹ Disponível em: <<http://goo.gl/PABuUs>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

² Disponível em: <<http://goo.gl/fdrJhM>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

³ Conforme dados publicados pelo *Mídia Dados*, em 2012, as estatísticas de comportamento ante os meios de comunicação apontam que 35% dos usuários de rádio buscam, preponderantemente, informação, enquanto 29% o utilizam para fins de entretenimento, e outros 29%, para distração. Disponível em: <<http://goo.gl/B7WA69>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

⁴ Disponível em: <<http://goo.gl/TNKJPQ>>. Acesso em: 13 jul. 2015. Atualizado com números do Ministério das Comunicações. Disponível em: <<http://goo.gl/Ed6k9n>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

O crescimento deve-se, especialmente, ao advento das rádios comunitárias, que são quase metade das emissoras legais em funcionamento. Mas, ao mesmo tempo, o País viu proliferar também a outorga de outras emissoras de baixa potência, restritas a seus municípios ou microrregiões, o que acentua o caráter de identidade com as comunidades em que estão inseridas. As rádios com menos de 10kw representam 96% do total das emissoras brasileiras, sendo que 50% operam com potência de 1kw ou menos.⁵

Nesse novo cenário, estão inseridas as chamadas rádios educativas, que se fazem cada vez mais presentes também nas pequenas cidades, muito em razão da expansão das universidades para o interior. Emissoras de baixa potência, de finalidade educativo-cultural, têm contemplado, principalmente, as Instituições de Ensino Superior, que têm a preferência nas concessões outorgadas pelo governo federal.

Atenta aos editais do Ministério das Comunicações, que, desde 2011, numa nova sistemática de outorga e em observação ao predisposto no Plano Básico de Radiodifusão, tem publicado chamadas públicas convocando instituições, educacionais ou não, a se candidatarem a emissoras prévia e gradativamente listadas, a Unipampa credenciou-se para os cinco municípios de sua jurisdição inicialmente contemplados. A iniciativa partiu de um grupo de professores dos cursos de Comunicação dessa universidade, que, por sua afinidade com a área e cientes da importância e do alcance da radiodifusão, viu na possibilidade de formação de uma rede de rádios uma oportunidade para a Unipampa fortalecer sua proposta institucional, de desenvolvimento local e regional, e intensificar suas relações com a comunidade. Na sequência, a ideia ganhou respaldo institucional com o projeto sendo discutido e encaminhado pelas instâncias devidas.

As páginas a seguir relatam os passos e os objetivos dessa proposta, enfatizando o que ela representa para o processo de integração e consolidação da Unipampa, mas antes, para que se entenda melhor a sua importância, faz-se um apanhado sócio-histórico da região e o que a universidade representa nesse contexto.

A formação econômica e social do Pampa gaúcho

O Pampa gaúcho, formado pela região da Campanha e fronteira com a Argentina e o Uruguai, foi o local pioneiro da exploração da riqueza no Rio Grande do Sul, cuja base econômica encontrava-se na pecuária

⁵ Disponível em: <<http://goo.gl/b3S3Wl>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

extensiva. É importante observar que essa modalidade de exploração pecuarista impôs reflexos importantes na formação e administração da riqueza produzida na região, pois o modo extensivo de exploração requer enorme quantidade de terras. Atualmente, a pecuária é caracterizada, mesmo no Pampa, por novas formas de exploração econômica baseadas no modelo intensivo, ou seja, se produz mais em menos espaço territorial. Pode-se afirmar que a exploração dessa região esteve, desde a demarcação de fronteiras pelas Coroas Ibéricas até a atualidade, associada ao latifúndio, colocando-se, mais tarde, numa posição de importância estratégico-militar, uma vez que, desde o século XVIII e início do século XIX, a Coroa de Portugal e, mais tarde, o Império do Brasil, encontraram na forma de doação de sesmarias um modo de consolidação dos seus domínios. Nesse sentido,

a fronteira apresenta-se, assim, como uma representação dos sesmeiros, da ocupação de terra pela distribuição de sesmarias, as quais, ao mesmo tempo, serviam para ocupar, para policiar e apoiar os postos das guardas portuguesas que se deslocavam frequentemente pelas áreas de fronteira. (COLVERO, 2004, p. 35).

Essa sistemática de doar terras a particulares, com o intento de que essas pessoas, ao se deslocarem, firmassem posição sob suas posses, acabou por efetivar tanto o intento de demarcação de domínios por parte do governo, colonial ou imperial, quanto de particulares.

Desse processo nasce a exploração que melhor se adaptou ao período na região, ou seja, a pecuária na modalidade extensiva, uma vez que herdou aspectos da antiga política missioneira, sendo que esta “estância colonial missioneira, portanto, foi um estágio intermediário para a estância capitalista que se consolidou no séc. XIX”. (PANIÁGUA, 2013, p. 43). A demarcação de propriedades baseava-se em demarcações naturais, como rios, montes, árvores, enfim, uma vez que o arame farpado entrou no mercado gaúcho apenas em fins do século XIX.

Esse modelo de exploração econômica fomentou a criação de uma elite agrária nesse local, cujas enormes propriedades ecoam ainda hoje, nas mãos de poucos. Essa elite, em fins do século XIX, voltou seus investimentos à exploração do charque e, posteriormente, para saladeiros com carnes congeladas e enlatadas. Alguns estudos revelam que o patrimônio pecuniário dos membros dessa elite era o suficiente para comprar enormes fazendas cafeeiras do Sudeste brasileiro, não perdendo na magnitude das fortunas. Há, portanto, um processo de acumulação de capital social, cultural e/ou principalmente, econômico nas mãos de poucos.

Essa acumulação e concentração de riquezas ficam evidentes, ainda hoje, sendo um dos grandes males causadores de estagnação econômica da região. A concentração das propriedades, ainda que em dimensões menores que as de outrora, contribui para que uma grande parcela da sociedade ali inserida fique à margem do desenvolvimento socioeconômico, fomentando um típico processo capitalista de concentração de rendas.

A ascensão da economia baseada na exploração do Pampa gaúcho, ainda um cartão-postal do Rio Grande do Sul e motivo de assimilação do termo gaúcho-pampa, deu-se em fins do século XIX e início do XX. Essa foi tão intensa que o capital financeiro dela proveniente, adjunto à cooperação de alguns charqueadores, motivou a fundação de um banco, hoje extinto, denominado Banco Pelotense.

Contudo, devido à modernização e policultura, tanto em termos pecuários como agrícolas e, posteriormente comerciais e industriais, fez com que a economia sul-rio-grandense alavancasse com outras fontes, a destacar o desempenho financeiro das indústrias da Região Metropolitana e da serra gaúcha. Coube à região composta pelo Pampa gaúcho manter-se em suas bases agrárias, contudo, apesar da relativa estagnação econômica, a região evoluiu no que diz respeito às formas de diversificação da economia local. Nesse sentido, já com o advento do regime republicano,

a campanha, tradicional reduto de grandes propriedades e de onde, efetivamente, saíam os quadros políticos de mando provincial, afetada por essas alterações, perdia importância para outras áreas que então se desenvolviam, notadamente a Serra e o Litoral. (RECKZIEGEL, 1999, p. 99).

As matrizes de investimentos na orizicultura são provas dessa diversificação na arrecadação rural. Em termos culturais e sociais, observa-se um aspecto diferenciado se comparado à região de colonização europeia de fins do século XIX, no Norte/Nordeste do Rio Grande do Sul. Aspecto esse que se faz presente de maneira um tanto evidente em termos culturais e econômicos, devido às formas de exploração dessa última região, de característica mais industrializada e formada por pequenas propriedades rurais, muitas vezes organizadas em cooperativas, enquanto no Pampa gaúcho a pecuária e as grandes propriedades ainda mantêm um peso significativo no desenvolvimento socioeconômico.

A Unipampa no processo de revitalização regional

A Unipampa foi criada pelo governo federal em 2006, como parte do programa de expansão das universidades federais, numa tentativa de

minimizar o processo de estagnação econômica e declínio social da que veio a se tornar uma das regiões mais empobrecidas do Rio Grande do Sul, localizada em dez cidades da metade sul (incluindo o Pampa e a fronteira Oeste). Partiu-se do pressuposto de que a educação é importante fator para viabilizar o desenvolvimento regional, e a universidade pública, um agente propulsor do crescimento com vistas à incorporação definitiva dessa região no mapa do desenvolvimento social do estado e do Brasil.

A Unipampa é composta por dez *campi*, cada um focado em uma área do conhecimento, de forma a contemplar formação em praticamente todos os setores. Contabilizava, primeiro semestre de 2016, 62 cursos de Graduação, 32 de Especializações, 14 Programas de Mestrado e 3 do Doutorado, contando com 11 mil alunos.

Cada *campus* está localizado em uma cidade da mencionada região do Rio Grande do Sul, na faixa de fronteira com o Uruguai e a Argentina: Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, São Borja, São Gabriel, Santana do Livramento e Uruguiana.

O processo de consolidação da universidade vem registrando acréscimos significativos graças ao auxílio de agências de fomento aos projetos de pesquisa do corpo docente, atualmente formado por 850 professores (mestres e doutores) com dedicação exclusiva. Também investe, de maneira ininterrupta, em melhorias nas instalações envolvendo estruturas de laboratório, biblioteca, salas de aula, locais administrativos, potencializando as atividades fins de ensino, pesquisa e extensão.

O *Campus* de São Borja, de onde surgiu a proposta de implantação da rede Unipampa de rádios, é a unidade que detém os cursos de Comunicação Social: Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas – ênfase em produção cultural. Localizada na fronteira com a Argentina, a 600km da capital do Estado, São Borja, assim como a maioria das cidades da região, tem sua economia baseada na agricultura e pecuária, com pouco investimento industrial. Por isso, apesar de já ter ocupado lugar de destaque na economia estadual, nos últimos anos, a região vem perdendo importância econômica na atividade primária, fruto da pequena diversificação da sua matriz produtiva, o que tem resultado na migração de pessoas em busca de melhores oportunidades em outras regiões do Estado e no acentuamento dos problemas sociais.

A população regional, que no século XVII representava metade da totalidade dos habitantes do estado, foi reduzida a menos de um quarto nos dias atuais; sua participação na produção industrial caiu de 35%, na década de 30, para 10% na década de 90; sua participação no PIB do estado caiu de pouco mais de 30%, no final da década de 30, para em torno de 17% no final da de 90. Ainda em termos comparativos, destaca-se que nas regiões Norte e Nordeste do estado, 94% dos municípios estão situados nas faixas média

e alta do Índice de Desenvolvimento Social (IDS), ao passo que, na metade Sul, 87% deles estão nas faixas média e baixa. (MARCHIRO, 2007).

A dualidade socioeconômica singulariza a situação da metade Sul, impondo, por isso mesmo, grandes desafios à superação das condicionantes que dificultam o seu desenvolvimento. Com a produção industrial crescentemente irrelevante, a estrutura produtiva passou a depender, fortemente, dos setores primário e de serviços. Outros fatores, combinados entre si, têm dificultado a superação da situação atual: baixo investimento público, que reflete a baixa capacidade financeira dos municípios; a baixa densidade populacional e a alta dispersão urbana; a estrutura fundiária caracterizada por médias e grandes propriedades; a distância dos polos desenvolvidos do estado, a qual prejudica a competitividade; a atração de benefícios, etc. Essa realidade econômica vem afetando intensamente a geração de empregos e os indicadores sociais, especialmente os relativos à educação e saúde.

A região, no entanto, apresenta fatores que indicam potencialidades à diversificação de sua base econômica, entre os quais merecem menção a posição privilegiada em relação ao Mercosul; a abundância de solo de boa qualidade; a excelência na produção agropecuária; as reservas minerais; e a implantação recente de instituições de ensino e pesquisa com reafirmada vocação de compromisso com o desenvolvimento regional, como é o caso da Unipampa, que tem esse objetivo declarado em sua missão e em seu Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) (UNIPAMPA, 2013). Como explicita o documento, a universidade “veio marcada pela responsabilidade de contribuir com a região em que se edifica – um extenso território, com problemas no processo de desenvolvimento” (2013, p. 14), cabendo, portanto, à instituição “construir sua participação a partir da integração com os atores que já estão em movimento em prol da região”, tendo dinamizada sua ação pela estrutura multicampi, “que facilita essa relação e promove o conhecimento das realidades locais, com vistas a subsidiar ações focadas na região”. (2013, p. 25).

A Unipampa tem clareza, portanto, de seu papel e de sua contribuição para o desenvolvimento regional, bem como para a revitalização das comunidades em que está inserida, atuando de forma integrada a outras instituições, de modo a fomentar a ciência e a tecnologia em favor de uma real mudança social. E, nessa perspectiva, não pode ser desconsiderada a importância estratégica da comunicação.

A importância estratégica da comunicação

A comunicação, por sua importância no processo de integração regional e mesmo internacional, visto que a região em que a Unipampa está inserida

faz fronteira com dois países, foi contemplada, no projeto de implantação da universidade, com três cursos: Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas.

Essas graduações foram concebidas de forma a ampliar sua inserção e contribuir para o desenvolvimento, num momento em que a comunicação torna-se cada vez mais evidente e necessária, tanto para o fortalecimento da cidadania quanto para a construção e difusão do conhecimento, correspondendo aos preceitos que regem a sociedade da informação num contexto amplamente globalizado, mas também atuando como mecanismo integrador e de fortalecimento da cultura e da identidade regionais. A formação de comunicadores, conforme preconizado nos projetos pedagógicos dos cursos de Comunicação, está justificada, sobretudo, pela necessidade de mediadores dos processos sociais, de forma a fazer com que os sentidos e as experiências socialmente construídos e compartilhados oportunizem melhor compreensão da realidade e resultem no aprimoramento da sociedade em todos os seus aspectos.

A justificativa em questão soa ainda mais relevante em se tratando de uma universidade com as características da Unipampa, distribuída geograficamente num vasto território de um dos estados da Federação com o propósito maior de trabalhar por sua revitalização econômica e social e pela integração de suas comunidades, ao mesmo tempo que procura, também, facilitar a interação e a cooperação com as regiões vizinhas, tanto nacionais quanto internacionais.

Por essa razão, e também pela necessidade de integração da própria universidade, é que uma rede de rádios, como a que está sendo pleiteada pela Unipampa, ganha ainda mais sentido. A ideia é que as emissoras em questão formem um instrumento institucional, de forma a ampliar a inserção na comunidade e contribuir para o desenvolvimento local das comunidades e, conseqüentemente, da região.

O projeto desenvolveu-se a partir do *campus* que é a referência em comunicação, já que possui três cursos da área, em atenção ao disposto no Plano Básico de Radiodifusão, que, no caso da região da Unipampa, prevê canais de rádios educativas em cinco dos dez municípios em que está presente a Unipampa, no caso, São Borja, Uruguaiana, Santana do Livramento, Bagé e São Gabriel. Assim, além das razões expostas, pretende-se que as emissoras atuem também como um instrumento que venha a acentuar a aproximação da instituição com as comunidades, assim distribuídas pelo território citado:

Figura 1 – Mapa da Unipampa, com destaque às cidades contempladas com as emissoras educativas



Fonte: Arte/Jedson Schossler Dorneles.

A integração pelas ondas do rádio

De todos os meios de comunicação, o rádio, por suas características técnicas, pelo custo de produção relativamente baixo, pelo acesso facilitado e pela empatia com a audiência, ainda é o meio de comunicação que melhores condições reúne para atender ao seu entorno. (COMASSETTO, 2007). Daí a constante preocupação do Ministério das Comunicações em promover a disseminação de emissoras de forma equitativa nas diversas regiões do país, favorecendo, mais recentemente, canais de médio e de pequeno alcances, mas extremamente identificados com suas comunidades e voltados ao desenvolvimento local, contemplando desde a promoção de valores artísticos e culturais até a discussão de problemas e reivindicações de melhoria em benefício do bem-estar social, como ocorre com as emissoras comunitárias.

De proposta parecida, mas focadas também no caráter educativo e de fortalecimento da cidadania, as rádios educativas igualmente proliferam pelo Brasil, implantadas e operadas principalmente pelas universidades, que, inclusive em se tratando de instituições de caráter público, não mais se restringem aos grandes centros.

Tanto na educação quanto na comunicação, são visíveis os esforços governamentais no sentido de promover a inclusão das diversas comunidades, de forma a reduzir as distorções econômicas e sociais tão demarcadas no vasto território nacional. Daí que, em se tratando de política de radiodifusão, vem o Ministério das Comunicações aprimorando as sistemáticas de concessão de emissoras.

No caso das rádios educativas, desde 2011, a habilitação aos canais previstos no Plano Básico da Radiodifusão brasileira dá-se sob a forma de chamadas públicas, que, gradativamente, procuram contemplar um número cada vez maior e diversificado de municípios, distribuídos nas diversas regiões do Brasil.

No Rio Grande do Sul, na região em que está situada a Unipampa, as chamadas públicas até aqui emitidas contemplam cinco dos dez municípios, atingindo de um extremo a outro do território de abrangência da universidade. Atenta aos editais e interessada em constituir sua rede de rádios, com o objetivo de fortalecer seu compromisso, focado na educação e promoção da cidadania, solução dos problemas e desenvolvimento das potencialidades regionais, a Unipampa habilitou-se a todos eles, aguardando agora a tramitação natural dos processos. Os projetos encaminhados ao Ministério das Comunicações explicitam a pretensão e a intenção da universidade com as emissoras pleiteadas e também apresentam um esboço de programação a ser veiculado no início das operações.

Antes, porém, de descrever essa proposta, convém discorrer sobre a relevância e o papel da rádio educativa no contexto atual.

O rádio a serviço da educação

A rádio educativa, em origem e essência, difere da rádio comercial. Enquanto as emissoras que exploram a publicidade são empresas em busca de lucro e, por conta disso, comumente, adotam programação de maior apelo popular, as rádios educativas têm por obrigação a transmissão de programas educativo-culturais e, por força da própria legislação, não podem ignorar esse viés.

Historicamente falando, o rádio, no Brasil, surgiu como um meio a serviço da educação. Antes mesmo de fundar a que é reconhecida oficialmente como a primeira emissora, o médico e professor de Antropologia do Museu Nacional, Edgard Roquette-Pinto, já tencionava a implantação de rádios-escola em todo o território brasileiro. Quando criou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em abril de 1923, não teve dúvida em fazer da emissora um canal voltado exclusivamente à transmissão de programas educativos, incluindo aí palestras científicas e literárias. (LOPES, 2011). Mais tarde,

justamente por sua vocação, a Rádio Sociedade seria doada ao Ministério da Educação, passando a se chamar, em 1936, Rádio MEC.

Talvez influenciado por essa origem, o primeiro decreto baixado pelo governo federal para reger a radiodifusão, datado de 1931, além de considerar os serviços como de interesse nacional, estabeleceu que o rádio teria como principal objetivo levar informação, educação e cultura à população. No ano seguinte, seriam definidas as regras e procedimentos para os processos de outorga das emissoras e também estabelecida legalmente a possibilidade de exploração de publicidade, o que, na prática, assegura o propósito comercial do rádio. Todavia, a legislação, até os dias atuais, preserva o caráter educativo-cultural do meio, conforme explicita o art. 3º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão: “Os serviços de radiodifusão têm finalidade educativa e cultural, mesmo em seus aspectos informativo e recreativo, e são considerados de interesse nacional, sendo permitida, apenas, a exploração comercial dos mesmos, na medida em que não prejudique esse interesse e aquela finalidade”. (BRASIL, 1963, s/p.).

Todo mundo sabe que, na prática, não é assim que funciona, e os interesses comerciais acabam prevalecendo, o que acentua a pertinência de emissoras de fato focadas no propósito educativo.

O levantamento mais recente indica que o Brasil tem 9.771 emissoras, sendo 1.921 AMs (1.781 OM, 66 OC e 74 OT); 3.209 FMs e 4.641 FMs comunitárias. Do total de FMs, 469 são rádios educativas.⁶

O Serviço de Radiodifusão Educativa, seja apenas sonoro (rádio) ou de sons e imagens (TV) é, de acordo com o Ministério das Comunicações,

destinado à transmissão de programas educativo-culturais, que, além de atuar em conjunto com os sistemas de ensino em qualquer nível ou modalidade, vise a educação básica e superior, a educação permanente e formação para o trabalho, além de abranger as atividades de divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional. (BRASIL, 1967, s/p.).

O Ministério das Comunicações estabelece que as outorgas para emissoras desse gênero podem ser pleiteadas por pessoas jurídicas de direito público interno e fundações instituídas por particulares, tendo preferência as universidades públicas. A programação deve ter finalidade educativo-cultural, sendo admitidos programas de caráter recreativo, informativo ou de divulgação desportiva, desde que contenham elementos instrutivos ou enfoques educativo-culturais identificados na sua apresentação.

⁶ Disponível em: <<http://goo.gl/b3S3Wl>>. Acesso em: 8 jun. 2015.

O gênero educativo no rádio

Quando se fala em educação no rádio, convém refletir sobre a peculiaridade desse meio de comunicação, fazendo também uma retomada histórica sobre o êxito de iniciativas anteriores focadas nesse viés, até como forma de compreender por que a maioria das emissoras, mesmo educativas, não desenvolve práticas formais de educação, de formato pedagógico, como aulas ou transmissão de conferências, em sua programação.

Como observa Roldão (2006), “o rádio nasceu no Brasil com o intuito educativo e cultural e hoje são pouquíssimas as rádios que trabalham nesse sentido” (p. 1), tanto que, para manter um mínimo de atividade educativa nas emissoras em geral, o MEC estabeleceu com a Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), ainda em 1991, um convênio firmando o compromisso de as emissoras disponibilizarem ao menos cinco minutos diários de sua programação para a transmissão de material produzido e encaminhado pelo Ministério da Educação.

O convênio em questão substituiu o Projeto Minerva, um programa diário de 30 minutos concebido pelo governo federal em 1970 e que permaneceu no ar até meados dos anos 80, para a veiculação de informações de cunho educativo-cultural, e cuja transmissão era obrigatória por todas as emissoras do País. De programação sisuda, o programa tornava “a experiência de ouvir rádio em algo enfadonho e cansativo”, o que acabou por lhe render o apelido de “Me Enerva”, não conquistando o ouvinte. (LOPES, 2011, p. 11).

Antes disso, outras iniciativas educacionais, algumas inclusive de caráter profissionalizante, testadas por algumas emissoras, acabaram por sucumbir em seus primeiros anos de existência, também por falta de audiência. A própria doação para o MEC da rádio fundada por Roquette-Pinto atesta a inviabilidade do caráter essencialmente educativo, numa época em que a publicidade começava a ganhar espaço no rádio, e as emissoras investiam em talentos artísticos e numa programação de apelo mais popular.

No episódio de 1936, quando da transferência da Rádio Sociedade para as mãos do governo – Roquette-Pinto percebe a proximidade da falência na pressão das emissoras comerciais da época – encontramos o campo de batalha para o futuro massacre dos ideais do seu modelo de radiodifusão educativa e cultural. (ZAREMBA, 2003, p. 194).

Ao discutir o papel das rádios educativas nos dias atuais, Roldão não nega o compromisso educativo da radiodifusão, até por força de legislação, e condena o que chama de “besteirol”, no campo do entretenimento, e a ênfase policialesca do jornalismo, muitas vezes pautado no que é veiculado pelos jornais impressos, levados ao ar por grande parte das emissoras

brasileiras, mas pondera que, nem por isso, o educativo deve se confundir com o erudito, resultando em programação enfadonha e distanciada do cotidiano dos ouvintes como já se viu em iniciativas anteriores, e como foi o caso do Projeto Minerva.

Claro que uma emissora, sobretudo educativa, deve prezar por sua finalidade, senão não haveria razão de existir, mas sem, necessariamente, ignorar o caráter de sua existência, é importante que se leve em conta o fator audiência, pois uma rádio sem ouvintes também não se justifica. E não é segredo para ninguém que as rádios mais ouvidas são as de formato generalista que mantêm forte empatia com o ouvinte e focadas nas problemáticas das comunidades em que estão inseridas. As últimas décadas têm sido bastante profícuas em estudos sobre a radiodifusão e as peculiaridades de sua audiência, e o que se tem observado é que, cada vez mais, diante da proliferação de mídias para todos os gostos e tendências, o rádio assegura seu espaço na medida em que consegue retratar e discutir temas de sua proximidade, ou seja, o rádio como uma espécie de “cronista” de sua cidade, como já observava Winocur (2002) numa precisa investigação antropológica sobre a audiência do rádio na Cidade do México.

Sobre a questão da proximidade, que é uma das mais importantes peculiaridades do rádio, o autor espanhol Cebrián Herreros assim define o que se entende por rádio “local”:

A rádio local é uma emissora de programação especializada dentro de uma concepção generalista de enfoque geral sobre tudo o que concerne à localidade em que está situada. Uma rádio que atende aos interesses, responde aos gostos e necessidades de serviços de comunicação. Está centrada na vida social, econômica, política e cultural de sua área de abrangência e também em tudo o que ocorre em seu exterior e que tenha repercussões na vida da comunidade. (2001, p. 146).

Mas a pergunta que se faz pertinente é: Se, em se tratando de rádio educativa, que é o objeto deste artigo, sem, porém, desconsiderar o fator audiência que toda emissora deseja, cabe o formato elencado pelos autores citados? Tomando por base experiências já existentes em rádios educativas brasileiras, Roldão (2006) observa que uma coisa não está necessariamente desvinculada da outra. Para esse tipo de emissora, a pesquisadora defende a veiculação de uma programação plural e democrática, que mescle música, produção cultural e educativa e principalmente o trabalho jornalístico. Observa que as emissoras não devem atuar como “porta-vozes” institucionais, mas trabalhar numa perspectiva de divulgação da produção

cultural da cidade ou região de abrangência, de grupos sociais, abrindo-se espaço também à difusão de notícias das comunidades e bairros e para o debate de problemas pertinentes à realidade local. O que deve prevalecer, de fato, é o interesse público, primando-se pela democratização das fontes e pautas, permitindo o acesso de vozes comumente excluídas dos veículos comerciais, entre elas, as associações de bairros, conselhos comunitários, organizações não governamentais, movimentos populares, sindicatos, entre outras entidades que atuam na organização da população. Quanto ao tratamento das matérias, deve-se evitar o mero relato factual, priorizando-se a contextualização do acontecimento, a explicação dos fatos e a visão mais abrangente possível dos assuntos que envolvem a comunidade. O jornalismo, enfim, tem que contribuir para a construção da cidadania, promovendo a reflexão e o fortalecimento da opinião pública.

Na visão de Comassetto (2007), as emissoras, sejam elas comerciais, comunitárias ou educativas, de forma alguma podem prescindir do jornalismo nos dias atuais, época em que a tendência é a segmentação por conta, sobretudo, da facilidade de acesso à internet. Hoje, qualquer gênero musical ou mesmo as mais diversas formas de entretenimento podem ser encontradas na *web*, de acordo com a preferência do ouvinte, com a grande diferença de que, na *web*, o receptor não é só ouvinte, mas tem acesso a uma série de outros recursos e atrativos, que podem fazer da recepção uma atividade bem mais prazerosa. A diferença é que só o rádio local, porém, tem a predisposição para veicular o que meios de comunicação com públicos muito dispersos geralmente ignoram. O rádio fala do bairro, enfoca a vizinhança, discute os problemas que o ouvinte sofre diariamente em sua cidade justamente porque seu “pequeno tamanho” leva a essa proximidade. E a proximidade é o diferencial numa época em que as temáticas de interesse global saturam os espaços de mídia.

A informação sempre fez parte do cotidiano do rádio. O jornalismo, dizem Chantler e Harris (1998, p. 21), “é o instrumento que dá (ao rádio local) a sensação de ser verdadeiramente local”. A informação de real interesse é a que está relacionada aos acontecimentos da comunidade, aos valores, às situações e vivências próximas. Quanto mais se ativer a isso, maior será, na opinião de Cebrián Herreros (2001), a pertinência e a sobrevivência do rádio local. O mais importante é cobrir as notícias (e os acontecimentos em geral) que os demais não dão. Quando se trata de importância e audiência, ao rádio não convém querer competir com quem, por ter mais recursos, pode oferecer produtos mais sensacionais. “A chave está em se conseguir com a proximidade tudo o que os demais oferecem com conteúdos”, entendendo-se conteúdos como a espetacularização da programação, frequentemente cara e não raramente recorrendo a artifícios sensacionalistas. (MONTESINOS CIVERA, 2003, p. 91).

Obviamente que, em se tratando de rádio educativa, deve-se, como diz Roldão (2006), proporcionar também oportunidade de divulgação da produção cultural da própria cidade, dos diversos grupos sociais e, no caso da música, valorizar a produção nacional e regional, bem como garantir espaço e trabalhar na prospecção de talentos identificados com a comunidade, resgatando-se a cultura local. Os programas educativos, por sua vez, devem ser uma marca dessas emissoras. No caso de uma universidade, como é o da proposta em implantação na Unipampa, o rádio se constitui num instrumento para a divulgação e promoção de práticas e ações levadas a efeito pela instituição, sobretudo em sua relação com a comunidade e no que diz respeito ao desenvolvimento regional. Mas cabe ao meio também servir como um complemento no processo de construção e aquisição do conhecimento. Os conteúdos, como diz Roldão (2006, p. 6), “podem e devem ser os mais variados, dependendo do interesse de cada cidade ou região. Temas como meio ambiente, saúde e a discussão da própria educação formal podem ser abordados”, de preferência em sua contextualização com a realidade.

Não se trata, como já se observou anteriormente, de dar aula pelo rádio, mas de se estimular o debate, discutir e refletir sobre as diversas questões. O rádio tem suas particularidades em termos de linguagem e ritmo de apresentação, que convém sejam observadas, sem que, no entanto, o princípio maior, que é o da mensagem educativa, seja abandonado. “O gênero educativo-cultural é uma das colunas de sustentação da programação radiofônica nos países desenvolvidos”, diz Barbosa Filho (2003, p. 109), para quem é lamentável a banalização dos conteúdos em boa parte das emissoras, que ignoram esse potencial. O autor observa que, “se devidamente utilizado”, o gênero educativo-cultural pode ser “de grande valia na conquista da cidadania”. Citando o educador argentino Mario Kaplun, ele lembra que “a educação radiofônica não se restringe apenas às emissores especializadas que visam à alfabetização e à difusão de conhecimentos básicos, mas implica

todas aquelas que procuram a transmissão de valores, a promoção humana, o desenvolvimento integral do homem e da comunidade, as que se propõem a elevar o nível de consciência, estimular a reflexão e converter cada homem em agente ativo da transformação de seu meio natural, econômico e social. (Apud BARBOSA FILHO, 2003, p. 110).

Barbosa Filho (2003) conclui que o campo da Educomunicação – Educação para comunicação e Comunicação para educação – tem suscitado muitos debates e apresentado práticas que podem resultar num maior aproveitamento do rádio no espaço escolar e em outras instâncias de formação.

A Rede Unipampa de Rádios

A região de abrangência da Unipampa, considerando apenas os municípios onde a universidade tem *campus* instalado, exibe um total de 52 rádios, sendo 19 AMs, 19 FMs comerciais e 14 FMs comunitárias. Considerando o número de emissoras, pode-se dizer que a região é bem-servida em termos de radiodifusão. Com exceção de Jaguarão, que conta com três rádios (uma AM, uma FM e uma Comunitária), os demais municípios têm quatro ou mais emissoras em atividade.

Essa realidade, entretanto, não afeta o mérito da proposta da Unipampa, visto tratar-se de uma proposição diferente, de rádio educativa, com suas peculiaridades, como já detalhado. Todas as emissoras em funcionamento hoje, na região, são de caráter comercial, que, obviamente, atendem a um viés importante e necessário em termos de radiodifusão, sobretudo no campo do entretenimento e da prestação de serviços. Mas a educação e a promoção da cultura, de forma mais sistematizada, não são contempladas. O mesmo pode-se dizer das rádios comunitárias, que, em boa parte dos casos, operam com escassez de recursos técnicos e humanos, levando ao ar programação de qualidade duvidosa, em que, não raro, predominam a subjetividade e os interesses adversos à comunicação plural e democrática, o que, aliás, não é uma particularidade da região, mas um problema que afeta a rádio comunitária como um todo. (COMASSETTO, 2007).

Logicamente, as rádios educativas não estão imunes a esse risco. Não é o simples fato de, em essência, serem educativas, que garantirá ou assegurará sua qualidade ou isenção. Mesmo uma observação superficial basta para se constatar que muitas das emissoras do gênero em funcionamento no País sequer cumprem o disposto na legislação, ignorando, quase por completo, o viés educativo-cultural, sem que sejam autuadas por conta disso, em razão de um acompanhamento e fiscalização pouco rigorosos, senão praticamente inexistentes.

Não é o que se pretende, porém, para a Unipampa, que viu nesse projeto, além de uma oportunidade de integração de seus *campi* e da região em que atua, uma forma de promover suas ações e de resgatar e projetar a cultura e os valores das comunidades, consolidando-se em seu propósito de grande promotora da educação, do conhecimento e de instituição comprometida com o desenvolvimento regional.

De forma a maximizar os recursos existentes, mas sobretudo para fortalecer o seu propósito institucional de integração dos *campi* e da região, pretende-se que as emissoras atuem em formato de rede, com uma geradora da maior parte da programação e demais retransmissoras. Prevê-se, entretanto, um percentual de programas estritamente locais em cada uma das rádios, para a discussão de problemáticas mais restritas aos interesses da comunidade, assim criando uma maior identidade da emissora com seu público local.

Como os cursos de Comunicação da Unipampa estão concentrados em um dos *campi*, a ideia é que essa unidade (Campus de São Borja) seja a responsável pela “cabeça-de-rede”. Além da maior identificação com a comunicação, isso possibilita a maximização da estrutura existente e um melhor aproveitamento dos recursos humanos e também de discentes dos três cursos da área. É claro que outros investimentos serão necessários, não só no *campus* gerador como também nos demais, que deverão ter seus profissionais, tanto técnicos quanto comunicadores, para coordenar as atividades de retransmissão da programação da rede e para produzir e apresentar os programas locais.

Sendo o *campus* de São Borja o “cabeça-de-rede”, as retransmissoras seriam as rádios de Uruguaiana, Bagé, Santana do Livramento e São Gabriel. Mas, para que todas as unidades sejam contempladas nessa proposta integradora, a ideia é que, enquanto não houver previsão de emissora educativa para os municípios de Alegrete, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui e Jaguarão, esses operem, num primeiro momento, com radioweb, ou seja, emissoras com transmissão exclusiva pela internet.

A proposta inicial prevê a operação nas 24 horas do dia, com programação variada e de forte atuação no jornalismo, na música, na prestação de serviços e no resgate e na difusão de valores culturais. As notícias relativas à universidade deverão permear a programação do dia, bem como programas específicos abordarão temáticas de relevância social e/ou acadêmica, sempre que possível, envolvendo profissionais e alunos dos diversos cursos e departamentos da instituição. Também estão previstos programas elaborados diretamente pelos cursos, com enfoque em questões educativas, científicas, culturais, sociais e profissionais. As instituições e os valores da comunidade também serão convidados a participar de forma mais efetiva da programação.

Para a manutenção das emissoras, pretende-se que a universidade disponibilize, em seu orçamento, recursos para esse fim, mas também se deverá recorrer a apoios culturais de empresas e instituições públicas e privadas, observando-se sempre o estabelecido pela legislação.

Considerações finais

As emissoras educativas têm a incumbência de resgatar e fortalecer o objetivo primeiro do rádio brasileiro, que nasceu com intuito educativo e cultural. Elas são concessões comumente destinadas a universidades, com o papel, obviamente, de estimular e difundir a educação e a cultura, mas também de fortalecer os laços nas comunidades, prospectando e projetando seus valores, promovendo a cidadania e realizando prestação de serviço, entretenimento e informação de qualidade.

No caso da proposta apresentada pela Unipampa, além dos objetivos primeiros do rádio, está em questão a missão da universidade, implantada com finalidade educacional, mas também preocupada com a promoção da cidadania, a solução de problemas e o desenvolvimento das potencialidades regionais, com vistas à melhoria das condições de vida da população. Na medida em que se habilita à implantação de uma rede de rádios, entende que a proposta pode, além de fortalecer sua inserção nas comunidades, igualmente contribuir para sedimentar o papel a ela atribuído em seu contexto de atuação.

Ciente se está, porém, de que a habilitação e a conquista dos canais são apenas uma primeira etapa de um propósito maior, que é o de promover uma verdadeira integração do Pampa gaúcho a partir de um viés educativo e transformador, que faça renascer uma região que já foi tida como promissora, mas que, ao longo das últimas décadas, não vislumbrou caminhos que pudessem lhe garantir o mesmo ritmo de prosperidade de outrora, ingressando num processo de estagnação econômica e social.

A Unipampa tem explicitado em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PPI), no item 2.2, em que faz referência à inserção regional, o compromisso de desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão em prol do fortalecimento das potencialidades das comunidades em que está inserida e, conseqüentemente, do desenvolvimento regional. Salienta que

a gestão, em todas as suas instâncias, deverá promover a cooperação interinstitucional e a aproximação com os atores locais e regionais, visando à constituição de espaços permanentes de diálogo voltados para o desenvolvimento regional, implicando, este, em mudanças estruturais integradas a um processo permanente de progresso do território, da comunidade e dos indivíduos. (Unipampa, 2013, p. 18).

A razão desse projeto de constituição de uma rede de rádios educativas, com fins pedagógicos, informativos e culturais e de prospecção de potencialidades que promovam o desenvolvimento da região, está afinada com esse propósito maior da Unipampa.

Acredita-se que a comunicação, assim como a educação, e melhor ainda quando ambas estão juntas, trabalhando pelo mesmo ideal, podem contribuir nesse processo de revitalização. Daí a importância de uma proposta de rádio e de programação focada nos propósitos maiores da Unipampa e afinada com os princípios mais nobres da radiodifusão brasileira.

Referências

ABERT. Associação Brasileira de Rádio e Televisão. *O Rádio em números no Brasil*. 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/b3S3WI>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

BARBOSA FILHO, André. *Gêneros radiofônicos: os formatos e os programas em áudio*. São Paulo: Paulinas, 2003.

BRASIL. Ministério das Comunicações: *Legislação* (Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, 1963). Disponível em: <<http://goo.gl/YjQxcC>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

BRASIL. Ministério das Comunicações: *Legislação* (Decreto-lei 236, que regulamenta a Radiodifusão Educativa). 1967. Disponível em: <<http://goo.gl/WeVuFU>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

CEBRIÁN HERREROS, Mariano. *La radio en la convergencia multimedia*. Barcelona: Gedisa, 2001.

CHANTLER, Paul; HARRIS, Sim. *Radiojornalismo*. São Paulo: Summus, 1998.

COLVERO, Ronaldo B. *Negócios na madrugada: o comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2004.

COMASSETTO, Leandro Ramires. *A voz da aldeia: o rádio local e o comportamento da informação na nova ordem global*. Florianópolis: Insular, 2007.

LOPES, Cristiano Aguiar. *Regulação da radiodifusão educativa*. Brasília: Câmara dos Deputados (estudo), 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/asjNjh>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

MARCHIRO, Dáfni Fernanda Zenedin. A Unipampa no contexto atual da educação superior. *Revista da Avaliação da Educação Superior*, Sorocaba: Ed. da Universidade de Sorocaba, v. 12, n. 4, p. 703-717, 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/7uHED1>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

MONTESINOS CIVERA, Jesús. Médios locais, donde está la frontera de los contenidos? In: CONGRESO DE COMUNICACIÓN LOCAL – ComLoc, 2., 2002, Castelló de la Plana (Espanha). *Anais...* In: LÓPES LITA, Rafael; BELTRÁN, Francisco Fernández; MORENO, Fernando Vilar (Ed.). *Radio y televisión en el ámbito local*. Castelló de la Plana: Universitat Jaume I, 2003.

PANIÁGUA, Edson Romário Monteiro. *Fronteiras, violência e criminalidade na região platina: o caso do município de Alegrete (1852-1864)*. Alegrete: Instituto Cultural José Gervasio Artigas, 2013.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Gobbi. *A diplomacia marginal: vinculações entre o Rio Grande do Sul e Uruguai (1893-1904)*. Passo Fundo: Ed. da UPF, 1999.

ROLDÃO, Ivete Cardoso do Carmo. O Rádio Educativo no Brasil: uma reflexão sobre suas possibilidades e desafios. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29., (NP Rádio e Mídia Sonora), 2006, Brasília. *Anais...* Brasília: Ed. da UnB, 2006.

UNIPAMPA-PDI. Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018 da Universidade Federal do Pampa. Bagé: Unipampa, 2013. Disponível em: <http://porteiros.s.unipampa.edu.br/pdi/2015/PDI_Unipampa_v19_.comprese.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2015.

WINOCUR, Rosalía. *Ciudadanos mediáticos: la construcción de lo público en la radio*. Barcelona: Gedisa, 2002.

ZAREMBA, Lilian. Fronteiras invisíveis: Rondon e Roquette-Pinto num sonho de rádio educativo brasileiro. In. HAUSSEN, Dóris Fagundes; CUNHA, Mágda (Org.). *Rádio brasileiro: episódios e personagens*. Porto Alegre: Intercom; Edipucrs, 2003.